

O Brasil concentra no meio rural o maior número de pobres e segue ostentando um dos piores índices de desigualdade social do mundo. A continuidade desse quadro em um país com tão vastas disponibilidades territoriais, ambientais, econômicas e culturais só pode ser explicada pela permanência do histórico padrão de desenvolvimento que reproduz estruturas de poder bloqueadoras do acesso das populações mais empobrecidas aos seus benefícios.

As políticas e programas governamentais para o campo têm sido incapazes de desarticular essas estruturas, uma vez que não são concebidas para promover a plena cidadania e a inserção dos mais pobres nas dinâmicas de desenvolvimento econômico. Ao contrário, orientam-se a partir da falsa dicotomia que considera parte do universo das famílias rurais como agentes econômicos, enquanto a outra parte, a mais pobre, é vista como beneficiária da assistência social. Além disso, a tese de que a superação da pobreza será alcançada por meio do crescimento econômico turbinado pelo agronegócio continua a legitimar politicamente o modelo de desenvolvimento rural concentrador da renda e dos fatores de produção, sobretudo a terra. A essência perversa dessa concepção se manifesta na patente contradição entre índices empregados na medida do desenvolvimento: enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio apresenta crescimento vertiginoso no curto prazo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos territórios de expansão das monoculturas permanece baixo ou mesmo em queda.

Embora o crescimento econômico seja um componente a ser considerado nas estratégias para a superação da pobreza, não há dúvida de que o efeito desse crescimento é tanto menor, ou mesmo negativo, quanto mais desigual for a sociedade. Para ser efetiva, qualquer estratégia para superar a pobreza e as desigualdades sociais implica a adoção de medidas que ampliem as margens de liberdade dos mais pobres para que os mesmos possam participar e usufruir dos processos de geração de riquezas na sociedade. O acesso precário ou inexistente à terra e aos recursos naturais; a insegurança alimentar e nutricional; os baixos e incertos ingressos monetários, assim como a destituição de culturas e identidades socioculturais; o baixo nível de participação em organizações sociais; e a marginalização no acesso aos benefícios das políticas públicas estão entre as formas de privação mais comuns vivenciadas pelas famílias agricultoras mais empobrecidas. Essas privações de ordem material, cultural e política ocorrem de forma simultânea e se realimentam mutuamente, criando círculos viciosos que reproduzem a pobreza ao tolher o horizonte de escolhas dos mais pobres para elaborar e pôr em prática estratégias próprias para alcançar uma vida plena e criativa.

As experiências apresentadas nesta edição demonstram como a perspectiva agroecológica pode propiciar condições para o empoderamento das famílias rurais mais pobres ao fomentar dinâmicas de inovação agrícola e sócio-organizativa orientadas para a construção de crescentes graus de autonomia técnica, econômica e cultural com base na utilização inteligente dos recursos locais e na revitalização dos mecanismos de reciprocidade típicos em comunidades camponesas.

O editor



ISSN: 1807-491X

Agriculturas

experiências em agroecologia

v. 5, nº 4

(corresponde ao v. 24, nº 3 da Revista Leisa)

Revista Agriculturas: experiências em agroecologia é uma publicação da AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa –, em parceria com a Fundação Ileia – Centre of Information on Low External Input and Sustainable Agriculture.



ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS
EM AGRICULTURA ALTERNATIVA

Rua Candelária, nº 9, 6º andar
Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 20091-020
Telefone: 55 (21) 2253-8317 Fax: 55 (21) 2233-8363
E-mail: revista@aspta.org.br
www.aspta.org.br

Fundação Ileia

P.O. Box 2067, 3800 CB Amersfoort, Holanda.
Telefone: +31 33 467 38 70 Fax: +31 33 463 24 10
www.ileia.info

Conselho Editorial

Eugênio Ferrari

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG - CTA/ZM

Jean Marc von der Weid
AS-PTA

José Antônio Costabeber

Ass. Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, RS

Marcelino Lima

Caatinga/Centro Sabiá, PE

Maria Emília Pacheco

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional Fase, RJ

Maria José Guazzelli

Centro Ecológico, RS

Miguel Ângelo da Silveira

Embrapa Meio Ambiente

Romier Sousa

Grupo de Trabalho em Agroecologia na Amazônia - GTNA

Sílvio Gomes de Almeida

AS-PTA

Equipe Executiva

Editor Paulo Petersen

Editor convidado para este número Jorge O. Romano

Produção Executiva Adriana Galvão Freire

Pesquisa Adriana Galvão Freire, Paulo Petersen

Base de dados de subscritores Nádia Maria Miceli de Oliveira

Copidesque Rosa L. Peralta

Revisão Gláucia Cruz

Tradução Flávia Londres

Foto da capa Adriana Galvão Freire

Projeto gráfico e diagramação I Graficci

Impressão Holográfica

Tiragem 6.000

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* seja citada como fonte.

Nota: Esta edição está em conformidade com o novo acordo ortográfico da língua portuguesa que entrará em vigor em janeiro de 2009.

